

Regente Feijó, 19 de março de 2020.

Ofício n.º 176/2020 – PJRF

PAA n.º 62.0404.0000206/2020-1 (Favor usar essas referências)

SENHOR PREFEITO

Pelo presente, comunico a Vossa Senhoria a instauração do presente Procedimento Administrativo de Acompanhamento, encaminhando cópias da Portaria de Instauração, e **Recomendação**, que seguem em anexo.

Solicito ainda, a **publicação da Recomendação** encaminhada, inclusive em Sites e Redes Sociais do Município.

Respeitosamente,



VANESSA ZORZAN
Promotora de Justiça

Ao

Ilmo. Sr.

MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito Municipal de Regente Feijó

Rua José Gomes, n.º 558, Caixa Postal n.º 138, Regente Feijó-SP.

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu órgão que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; no art. 8º da Lei nº 7.347/85; e nos artigos 103, inciso VIII, e 104, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 e;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127, *caput*, da CF/88, e art. 1º, da LC nº 75/1993);

CONSIDERANDO que entre as funções institucionais do Ministério Público estão "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia", especialmente quanto "às ações e aos serviços de saúde" (art. 129, II, da CF/88, art. 2º e 5º, V, "a", da LC nº 75/1993);

CONSIDERANDO que a saúde é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º, da CF/88) e que são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, da CF/88);

CONSIDERANDO que entre os instrumentos de atuação do Ministério Público para cumprimento de sua missão institucional, compete-lhe "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis" (art. 129, III, da CF/88, e art. 6º, VII e XX, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que a defesa dos direitos constitucionais do cidadão visa à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública, cabendo ao Ministério Público notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição e fazer cessar o desrespeito verificado, bem como promover a responsabilidade pela ação ou omissão inconstitucionais (art. 11 a 14, LC nº 75/93);

CONSIDERANDO as orientações expedidas pela ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE quanto ao COVID-19, entre as quais estão destacadas a declaração de pandemia e medidas essenciais relativas à prevenção;

CONSIDERANDO que a alta escalabilidade viral do COVID-19, exigente de infraestrutura hospitalar (pública ou privada) adequada, com leitos suficientes e composta com aparelhos respiradores em quantidade superior à população em eventual contágio, o que está fora da realidade de qualquer centro médico deste Estado;

CONSIDERANDO as demais recomendações já expedidas pelo Estado de São Paulo, inclusive de suspensão de aulas na rede pública;

RESOLVE, com fundamento nos artigos 37, *caput*, 127, *caput*, 129, II e III, e 225, todos da Constituição; e 103, VII, e 113, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 734/93; expedir

RECOMENDAÇÃO**1) Destinatário:**

Município de Regente Feijó.

2) Objeto:

Deve o Município analisar eventual necessidade de decretação de situação de emergência para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) – caso ainda não tenha sido feito - e, em qualquer caso, de forma excepcional e com o interesse de resguardar o interesse da coletividade, determinar a adoção das seguintes medidas:

- (i) suspender todas as atividades e serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;
- (ii) suspender as atividades e os serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- (iii) proibir a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- (iv) suspender todo e qualquer evento realizado em local fechado, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração e modalidade, inclusive de natureza religiosa e educacional, e os eventos realizados em local aberto que tenham aglomeração prevista com mais de 15 (quinze) pessoas, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração e modalidade, suspendendo-se, ainda, a expedição de novos alvarás;
- (v) em relação aos velórios, limitar o acesso a 20% (vinte por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento, conferindo-se preferência aos parentes mais próximos do *de cujus*;
- (vi) em relação aos banheiros públicos e os privados de uso comum, deverão disponibilizar todo o material necessário à adequada higienização dos usuários, devendo ser higienizados em intervalos inferiores a 3 (três) horas, com uso diuturnamente de materiais de limpeza que evitem a propagação do COVID-19, sendo obrigatoriamente higienizados no início e ao final do expediente ou horários de funcionamento do órgão, repartição ou estabelecimento;
- (vii) suspender as férias deferidas ou programadas dos servidores das áreas de saúde, segurança urbana, assistência social e do serviço funerário;
- (viii) em relação ao transporte coletivo: (a) providenciar a limpeza e higienização total dos ônibus e vans, em especial nos pontos de contato com as mãos dos usuários, e também do ar condicionado; (b) disponibilização de álcool em gel aos usuários e

trabalhadores, nas áreas dos terminais e entrada e saída dos veículos; (c) orientação para que os motoristas e cobradores higienizem as mãos a cada viagem;

(ix) aplicar, cumulativamente, as penalidades de multa, interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na legislação para eventuais descumprimentos;

(x) a ampla fiscalização pela Vigilância Sanitária de todas as medidas previstas nesta recomendação;

(xi) considerando o grande fluxo de pessoas em instituições bancárias, especialmente devido aos benefícios noticiados recentemente pelo Governo Federal, que nos termos do art. 30, inciso I da Constituição Federal compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e que nos termos da Súmula Vinculante n. 38 do Supremo Tribunal Federal "é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial", que regule o horário de atendimento, estabelecendo horário diferenciado para os grupos de risco (idosos com idade igual ou acima de 60 anos, para gestantes, e para portadores de doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico) e, ainda, que possa permitir a diminuição do fluxo de pessoas no interior da agência.

(xii) estabeleça um plano de contingência para o atendimento e prevenção da doença, focando na melhora e intensificação dos atendimentos pelas equipes estratégias de saúde da família, o que também configura reforço para atendimento da dengue, que ainda assola os Municípios;

(xiii) considerando que o atendimento de todos os idosos previstos no Decreto 3.139/2020 pode potencializar o risco de contaminação, e considerando ainda, os grupos de risco reconhecidos conforme artigo 1º, incisos I à III do Decreto Estadual 64.864/2020, e que instituiu o teletrabalho para idosos com idade igual ou acima de 60 anos, para gestantes, e para portadores de doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, que se **adote medidas para evitar** que pessoas que se enquadre nos grupos acima, exerçam trabalhos presenciais no Município.

3) Publicidade

O destinatário deve conferir ampla publicidade à presente recomendação, com sua divulgação nos órgãos de publicação dos atos do Poder Público Municipal e no *site* do ente, nos termos do artigo 27, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 2003, encaminhando documentação, no prazo de 03 (três) dias do recebimento desta, que comprove as providências adotadas, bem como relatório detalhado, no prazo de 05 (cinco) dias, do exercício do poder de polícia administrativa em relação aos estabelecimentos violadores das restrições fixadas.

4) Consequências jurídicas do não atendimento da Recomendação

O não atendimento da presente Recomendação poderá ensejar o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público para que o Poder Judiciário obrigue a Municipalidade a promover todas as medidas necessárias, sem prejuízo de eventual ação de responsabilização civil por atos de improbidade em face dos agentes públicos omissos.

Regente Feijó, 19 de março de 2020.



VANESSA ZORZAN
Promotora de Justiça

Regente Feijó, 19 de março de 2020.

Ofício n.º 185/2020 – PJRF

PAA n.º 62.0404.0000206/2020-1 (Favor usar essas referências)

SENHOR PREFEITO

Pelo presente, considerando o grande número de entidades religiosas existentes no município e considerando ainda que a concessão de alvará de funcionamento e fiscalização incumbem a municipalidade, **encaminho** a Vossa Senhoria, a **Recomendação** em anexo, e **solicito para que adote imediatamente** todas as providências cabíveis para cientificar seu teor a todas as entidades religiosas desta localidade.

Solicito ainda, a **publicação da Recomendação** encaminhada, inclusive em Sites e Redes Sociais do Município.

Respeitosamente,



VANESSA ZORZAN
Promotora de Justiça

Ao

Ilmo. Sr.

MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito Municipal de Regente Feijó

Rua José Gomes, n.º 558, Caixa Postal n.º 138, Regente Feijó-SP.

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA


O Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça de Regente Feijó, atuando na proteção dos Direitos Humanos, **RECOMENDA**, a suspensão temporária de eventos que possam gerar aglomeração de pessoas, como missas, cultos, festividades e outros, por 15 no mínimo (quinze) dias, com possibilidade de prorrogação em caso de necessidade, visando a prevenção de transmissão do Coronavírus (COVID-19).

RECOMENDA-SE ainda, que sejam adotadas medidas de limpeza do ambiente, bem como orientação dos frequentadores para que realizem a higienização pessoal e mantenha distância um dos outros, também com o intuito de evitar a transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Ressalta-se que o Covid-19, apresenta alto grau de transmissibilidade e risco concreto à vida das pessoas, exigindo que toda a sociedade adote medidas preventivas em favor da saúde pública.

Caso descumprida a presente recomendação, a Promotoria de Justiça de Regente Feijó adotará medidas, extrajudiciais ou judiciais, para garantia da vida e da saúde dos cidadãos (Artigos 5º, 6º, 127 e 196 da Constituição Federal), inclusive com a possibilidade de imposição de multa, proibição de eventos e fechamento dos espaços.

Regente Feijó, 19 de março de 2020.



VANESSA ZORZAN
Promotora de Justiça